

Sob a guarda dos lobos III

EM RELAÇÃO à reportagem da edição 609, a direção do Arquivo Nacional esclarece: É infundada a afirmação de que membros da Associação Cultural do Arquivo Nacional (Acan) teriam acesso irrestrito aos acervos da ditadura. As atividades de tratamento técnico dos documentos originais são de inteira responsabilidade das instituições custodiadoras. São realizadas por funcionários das entidades e por profissionais ou estagiários. O acesso ao banco de dados é livre a todo e qualquer indivíduo. A atuação da Acan no Centro de Referência Memórias Reveladas limita-se ao apoio às ações de mecenato (Lei Rouanet) para a aquisição de equipamentos. Cabe esclarecer também que no Arquivo Nacional todo o tratamento do acervo desse período é feito com o orçamento do órgão, e não com recursos captados pela Acan.

JAIME ANTUNES DA SILVA
Diretor-Geral da Acan

RESPOSTA DE LEANDRO FORTES:

O diretor do Arquivo Nacional, Jaime Antunes da Silva, nega o que me informou antes: que a instituição não tem recursos para pagar nada além das despesas de custeio (luz, água, material de escritório, etc.) e pessoal. Logo, não poderia, como afirma agora, dizer que, no órgão, "todo tratamento" do acervo da ditadura é feito com orçamento próprio. Assim como seu colega do Grupo Tortura Nunca Mais, de SP, Silva também passa ao largo da questão fundamental da matéria, ou seja, o perfil dos membros da Acan.

CENTRO DE REFERÊNCIA MEMÓRIAS REVELADAS
ASSINATURA E RECLAMAÇÃO
Tels. 0800 11 3031
fax 11 3031 11 3031
cartão de solicitação de esclarecimento
De segunda a sexta-feira, das 9h às 18h
Sábado, das 9h às 12h